CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 37 • Sábado, 8 de Agosto de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



Lula, o voto evangélico e a eleição estadualizada em Pernambuco.

PÁG. 2



Alerta fiscal no Planalto: governo monitora avanço das apostas online e teme exploração política sobre transferência de renda PÁG. 2



Lei Maria da Penha completa duas décadas com avanços institucionais e o desafio de conter a subnotificação PÁG. 3



Endividamento bate recorde no Brasil: 82% das famílias têm dívidas e baixa renda concentra maior pressão PÁG. 4



Alerta fiscal no Planalto: governo monitora avanço das apostas online e teme exploração política sobre transferência de renda PÁG. 3



Pernambuco registra alta de 2,7% em desaparecimentos no ano; perícia aponta deficit de profissionais nas buscas PÁG. 3

ARTIGOS



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

CARLOS PENA FILHO E JORGE AMADO

***Fliporto e Porto Digital** articulam parceria para integrar literatura, inovação e economia criativa no Recife* PÁG. 5

Flávio Dino aciona Polícia Federal após TCU identificar prejuízo de R$ 55 milhões em emendas Pix PÁG. 2

Pernambuco registra alta de 2,7% em desaparecimentos no ano; perícia aponta deficit de profissionais nas buscas

FOTO: MAURÍCIO FERRY/



O número de registros de pessoas desaparecidas voltou a subir em Pernambuco nos primeiros sete meses deste ano. Dados preliminares da Gerência Geral de Análise Criminal e Estatística, vinculada à Secretaria de Defesa Social, apontam que o estado contabilizou 1.642 ocorrências entre janeiro e julho. O índice representa um avanço de 2,7% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram notificados 1.599 casos. Ao longo de todo o ano anterior, as autoridades totalizaram 2.814 desaparecimentos. No mesmo intervalo de sete meses, o total de pessoas localizadas também apresentou uma variação positiva, passando de 575 ocorrências no ano passado para 600 em igual período deste ano. Durante todo o ano anterior, o acumulado de localizações somou 1.019 registros. Os indicadores mobilizam frentes da segurança pública que englobam desde a apuração policial até o trabalho de identificação civil e criminal. Diante do cenário, as autoridades estaduais reforçam a orientação de que a notificação sobre o desaparecimento deve ser imediata, desmistificando o prazo de espera de 24 ou 48 horas. A delegada titular da Delegacia de Desaparecidos e Proteção à Pessoa, Marina Linhares, afirma que o início ágil dos procedimentos é crucial. "Quanto antes essa informação chegar à polícia, maior será a possibilidade de êxito na localização da pessoa", explica. A delegacia especializada integra a estrutura do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, mas o boletim de ocorrência pode ser emitido em qualquer unidade policial de Pernambuco para evitar lentidão nos atos iniciais. Para formalizar a denúncia, é necessário apresentar documento oficial com foto do comunicante e reunir o máximo de dados sobre o desaparecido, incluindo fotografias atualizadas, traços físicos, vestimentas recentes, locais frequentados, dados bancários e informações sobre veículos. Os procedimentos investigativos subsequentes envolvem varreduras em hospitais, abrigos, terminais de transporte, além do monitoramento de circuitos de segurança. Segundo a delegada, não há um prazo limite para o encerramento do inquérito. "A investigação continua até que a pessoa seja localizada. O objetivo é sempre promover um reencontro seguro com a família." A maior parte das ausências decorre de fatores voluntários, motivados por conflitos familiares e decisões pessoais, além de episódios que envolvem idosos com desorientação ou indivíduos com transtornos mentais. O grupo de desaparecimentos involuntários é menor e engloba indícios de práticas criminosas, a exemplo de homicídios, exploração sexual e tráfico de pessoas. No campo pericial, a papiloscopia atua como mecanismo científico por meio do confronto de impressões digitais para certificar a identidade de indivíduos encontrados sem documentação ou de vítimas fatais. A presidente da Associação dos Peritos Papiloscopistas de Pernambuco, Pollyanna da Silva Marinho, destaca que a metodologia é permanente e viabiliza a identificação de pacientes hospitalizados, cidadãos em situação de rua ou corpos. "As impressões digitais são únicas e permanentes ao longo da vida. Após a análise técnica, o perito emite um laudo que confirma cientificamente a identidade da pessoa, permitindo localizar familiares e dar continuidade às investigações." O processamento é otimizado pelo cruzamento de dados biométricos automatizados, embora o setor enfrente restrições estruturais no estado. Pollyanna indica que Pernambuco possui um deficit de pessoal na área, com cerca de 430 cargos vagos autorizados para a função de perito papiloscopista, fator que restringe a interiorização dos serviços. A representante aponta ainda uma incompreensão social sobre o cargo. "Muitas pessoas acreditam que o papiloscopista trabalha apenas com a emissão da carteira de identidade, quando, na verdade, ele atua diretamente na produção da prova pericial, na identificação de desaparecidos, vítimas de crimes e em diversas investigações criminais." A Polícia Científica também utiliza o banco de perfis genéticos para exames comparativos de DNA de cadáveres sem identificação e materiais fornecidos por parentes de desaparecidos. O mecanismo nacional ganhou centralidade após a sanção da Lei Federal 13.812 de 2019, que reformulou as diretrizes para a busca imediata de pessoas no território brasileiro.

Flávio Dino aciona Polícia Federal após TCU identificar prejuízo de R$ 55 milhões em emendas Pix

DIVULGAÇÃO



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, acionou a Polícia Federal para investigar indícios de crimes na aplicação de recursos federais obtidos por meio de transferências especiais, conhecidas como emendas Pix. A determinação baseia-se em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, que analisou 100 emendas direcionadas a 74 estados e municípios. De um total de R$ 198 milhões fiscalizados, a corte de contas identificou um prejuízo estimado em R$ 55 milhões. O relatório técnico enviado ao STF aponta que as irregularidades detectadas dividem-se em três principais categorias de desvios orçamentários. O maior volume de prejuízo, somando R$ 26,3 milhões, decorre do comprometimento da transparência e da falta de rastreabilidade das verbas, motivado pela movimentação financeira em contas correntes não específicas. Outros R$ 14,9 milhões correspondem a falhas de execução financeira, incluindo o pagamento de despesas sem comprovação idônea ou estranhas à finalidade original dos repasses. O restante, que soma R$ 14,1 milhões, envolve problemas na execução física e contratual das obras e serviços, como práticas de superfaturamento. Na decisão, o magistrado determinou que a Polícia Federal examine as informações colhidas pelo órgão de controle externo para verificar a existência de condutas criminosas. Caberá à corporação avaliar se os fatos motivarão a abertura de novos inquéritos ou se os dados serão incorporados a investigações que já estão em andamento. Dino argumentou que o cenário exige a atuação imediata dos órgãos de segurança e fiscalização pública. "Os dados apresentados pelo TCU, em Relatório Técnico enviado em 31/07/2026, demonstram a persistência de um estado de inconstitucionalidade, o qual justifica a necessidade de adoção de novas medidas para a conformação da execução das 'emendas individuais' aos parâmetros constitucionais de transparência e rastreabilidade", registrou o ministro. O avanço da apuração sobre as emendas Pix ocorre no âmbito das ações de controle do Supremo Tribunal Federal para adequar o direcionamento de verbas orçamentárias do parlamento às diretrizes constitucionais. As regras de controle ganharam rigidez a partir de marcos legais e decisões judiciais que passaram a obrigar estados e municípios a fornecer planos de trabalho detalhados e a assegurar a publicidade de dados fiscais eletrônicos, visando inibir o desvio de finalidade na aplicação dos repasses públicos.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.



Durante muitos anos, bastava o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para transformar qualquer eleição em Pernambuco. O estado sempre esteve entre os mais lulistas do país, e a força política do petista nunca esteve em discussão. Mas a eleição de 2026 aponta para uma realidade diferente: desta vez, o apoio de Lula pode não ser suficiente para decidir quem será o próximo governador.

Os levantamentos mais recentes mostram uma disputa muito mais equilibrada do que se imaginava meses atrás. A recuperação da governadora Raquel Lyra nas pesquisas coincide com um fenômeno observado em diversas eleições estaduais: o eleitor começa a separar o voto para presidente do voto para governador. A campanha deixa de ser nacionalizada e passa a ser julgada pela realidade local.

Nesse cenário, um dos segmentos mais estratégicos é o eleitorado evangélico. O crescimento desse grupo mudou o mapa político brasileiro e Pernambuco não ficou de fora dessa transformação. Hoje, igrejas, lideranças religiosas e pautas ligadas à família, aos valores e à segurança pública exercem influência significativa sobre uma parcela importante do eleitorado.

Raquel Lyra percebeu esse movimento antes de muitos adversários. Intensificou o diálogo com lideranças evangélicas, ampliou sua presença em eventos religiosos e consolidou uma relação política com um segmento que tende a votar menos por indicação nacional e mais pela identificação com pautas e posturas do candidato.

Enquanto isso, a tentativa de transformar a eleição estadual em um plebiscito sobre Lula encontra limites. O eleitor pernambucano pode admirar o presidente e, ao mesmo tempo, escolher outro caminho para o Governo do Estado. Não há contradição nisso. O voto brasileiro tem demonstrado, eleição após eleição, que é cada vez mais independente entre os diferentes cargos.

A força de Lula permanece expressiva para a disputa presidencial. Porém, a eleição para o Palácio do Campo das Princesas parece seguir outra lógica. O debate gira em torno da gestão estadual, das entregas do governo, das obras, da segurança pública, da saúde, da infraestrutura e da capacidade administrativa de quem pretende governar Pernambuco pelos próximos quatro anos.

É justamente nesse ambiente que Raquel Lyra construiu sua recuperação. Ao concentrar a campanha em temas estaduais e ampliar seu diálogo com segmentos estratégicos, como o eleitorado evangélico, a governadora reduziu o peso da nacionalização da disputa e passou a competir em condições muito mais favoráveis do que no início do processo eleitoral.

A eleição de 2026 poderá marcar uma mudança importante na política pernambucana. Se essa tendência se confirmar nas urnas, ficará demonstrado que nem mesmo um presidente com enorme popularidade no estado consegue, sozinho, definir a escolha para governador.

O voto evangélico, a avaliação da gestão estadual e a crescente autonomia do eleitor pernambucano podem pesar mais do que qualquer padrinho político nacional. E esse talvez seja o principal recado que a campanha começa a transmitir: Pernambuco decidirá seu futuro olhando, antes de tudo, para Pernambuco.

Alerta fiscal no Planalto: governo monitora avanço das apostas online e teme exploração política sobre transferência de renda

DIVULGAÇÃO



O avanço acelerado do mercado de plataformas de apostas online transformou o setor em um ponto de atenção prioritária para a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos bastidores de Brasília, a proliferação das chamadas bets passou a ser monitorada com receio de gerar desgaste político, impulsionado pelo risco de que a destinação de recursos das classes de menor poder aquisitivo para o jogo eletrônico seja explorada por opositores em períodos de campanha eleitoral.

O principal temor de integrantes do Palácio do Planalto reside no impacto financeiro direto que a prática impõe sobre os programas federais de transferência de renda. Análises internas e levantamentos de órgãos econômicos indicam que parte considerável das verbas de auxílios sociais, concebidas originalmente para custear necessidades básicas como alimentação e bens essenciais, está sendo redirecionada para apostas virtuais de cota fixa. O fenômeno desperta a preocupação de que a eficácia dessas políticas públicas seja questionada sob o argumento de que os repasses governamentais estariam retroalimentando o endividamento familiar. Para conter os efeitos sociais e econômicos da atividade, os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social aceleraram a aplicação das medidas de regulação e fiscalização. A estratégia governamental engloba o banimento de plataformas que operam sem a devida autorização legal, além do bloqueio a meios eletrônicos de pagamento que facilitem o endividamento desenfreado, com atenção especial voltada à proteção das populações em situação de vulnerabilidade e ao combate de distorções de mercado que prejudicam o comércio varejista tradicional. Paralelamente, o governo busca calibrar o discurso público para dissociar a imagem dos programas de proteção social dos reflexos negativos gerados pelo vício em jogos eletrônicos. O diagnóstico político aponta que o atraso histórico na consolidação de uma estrutura regulatória eficaz permitiu a consolidação de condutas abusivas por parte de operadores não autorizados. Com isso, o governo concentra esforços em ações de conscientização pública para impedir que as discussões em torno dos prejuízos fiscais das famílias contaminem o debate eleitoral e mitiguem a percepção social sobre os resultados econômicos do atual mandato.

Lei Maria da Penha completa duas décadas com avanços institucionais e o desafio de conter a subnotificação

DIVULGAÇÃO



A Lei Maria da Penha (Lei 11.340) completou 20 anos de vigência no Brasil consolidada como o principal marco jurídico no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a legislação alterou o Código Penal brasileiro e permitiu que agressores passassem a ser presos em flagrante ou tivessem a prisão preventiva decretada, eliminando a aplicação de penas alternativas baseadas exclusivamente em pagamento de cestas básicas ou multas financeiras. A criação da lei teve origem na trajetória da biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de feminicídio por parte do então marido em 1983, agressões que a deixaram paraplégica. Diante da morosidade do Judiciário brasileiro para julgar o caso, a vítima, com o apoio de organizações não governamentais, denunciou o Estado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. A corte internacional responsabilizou o Brasil por negligência e omissão, recomendando a adoção de reformas estruturais que culminaram na elaboração do texto legal. Nas últimas duas décadas, o dispositivo jurídico estruturou uma rede de atendimento especializado e estabeleceu cinco categorias de abusos: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Entre as principais inovações institucionais destacam-se as medidas protetivas de urgência, que determinam o afastamento imediato do agressor do lar e a proibição de contato com a vítima, expedidas por magistrados em prazos reduzidos. Apesar da consolidação dos mecanismos de proteção urbana, juristas e movimentos sociais apontam que a efetividade plena do marco regulatório esbarra em barreiras estruturais e na persistência da subnotificação de casos. O principal entrave operacional reside na disparidade de acesso a delegacias especializadas, núcleos da Defensoria Pública e juizados específicos, cuja infraestrutura permanece concentrada nas grandes capitais e regiões metropolitanas, limitando o amparo a mulheres residentes em municípios do interior do país.

Endividamento bate recorde no Brasil: 82% das famílias têm dívidas e baixa renda concentra maior pressão

O endividamento das famílias brasileiras atingiu 82% em julho de 2026, o maior percentual desde o início da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), em 2015. O índice, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), avançou 0,4 ponto percentual em relação a junho, quando 81,6% das famílias declararam ter algum tipo de dívida.



O levantamento mostra que o aumento do número de famílias endividadas ocorre mesmo com uma melhora em alguns indicadores relacionados à inadimplência. Em julho, a parcela de lares com contas em atraso caiu de 29,9% para 29,8%. O movimento foi acompanhado pela redução do tempo médio de atraso dos pagamentos, que chegou a 64,6 dias, menor nível desde dezembro de 2025.

A pesquisa considera como endividamento compromissos financeiros a vencer, incluindo dívidas no cartão de crédito, cheque especial, carnês de lojas, crédito consignado, empréstimos pessoais, cheques pré-datados e prestações relacionadas à compra de veículos e imóveis.

Apesar do recorde no número de famílias endividadas, houve uma pequena mudança na percepção dos consumidores sobre o peso dessas dívidas. A proporção daqueles que se consideram muito endividados caiu de 17,2% em junho para 17,1% em julho. Já o grupo que se considera pouco endividado aumentou de 34,2% para 35%.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a renegociação de débitos tem contribuído para aliviar parte da pressão sobre os consumidores. "Os números mostram que é preciso avançar em medidas que aliviem o bolso do trabalhador", diz o dirigente.

Outro indicador acompanhado pela pesquisa reforça a diferença entre possuir uma dívida e estar inadimplente. Embora o endividamento tenha alcançado o maior nível da série histórica, o percentual de consumidores com pagamentos atrasados apresentou queda pelo segundo mês consecutivo.

Também houve redução na parcela de consumidores com pendências superiores a 90 dias, que passou a representar 48,5% dos inadimplentes. Segundo os dados da CNC, a diminuição do período de atraso ajuda a reduzir o acúmulo de juros sobre as dívidas.

A pressão sobre a renda, no entanto, permanece elevada. Em julho, 19% dos consumidores declararam destinar mais da metade dos rendimentos mensais ao pagamento de dívidas. Entre as famílias endividadas, o comprometimento médio da renda chegou a 29,5%.

O cenário tem impacto direto sobre a capacidade de consumo. Quando uma parcela maior da renda é direcionada ao pagamento de compromissos financeiros, sobra menos dinheiro para compras e outras despesas, o que pode afetar o desempenho do comércio e, por consequência, de setores ligados ao consumo das famílias.

A situação também apresenta diferenças significativas de acordo com a renda. Entre as famílias que recebem até três salários mínimos, 84,9% estão endividadas. Nesse grupo, 38,5% possuem dívidas em atraso.

É também entre os consumidores de menor renda que aparece o maior percentual de famílias sem condições de quitar as dívidas. O índice chegou a 17,8%, concentrando nesse segmento a alta registrada no indicador de pessoas que não conseguem pagar os compromissos assumidos.

Na faixa de renda superior a dez salários mínimos, o endividamento também aumentou e chegou a 72% em julho. O comportamento da inadimplência, porém, foi diferente: o percentual de famílias dessa faixa com dívidas em atraso caiu para 15,1%.

Os dados mostram, portanto, que o recorde de endividamento não se traduz automaticamente em um avanço proporcional da inadimplência. Uma parcela das famílias continua conseguindo manter os pagamentos em dia ou renegociar os débitos antes que eles permaneçam em atraso por períodos mais longos.

A taxa de inadimplência recuou para 29,8% em julho, enquanto o tempo médio de atraso também caiu. O movimento ocorre paralelamente ao crescimento da quantidade de famílias que possuem algum tipo de compromisso financeiro.

Na avaliação do economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, o comportamento dos juros também pode influenciar o custo do crédito e a situação financeira dos consumidores. "A decisão de reduzir os juros básicos tende a contribuir para a diminuição do custo das novas operações de crédito", declara o economista.

A combinação dos indicadores coloca dois movimentos distintos no cenário econômico. De um lado, o país registra o maior percentual de famílias endividadas desde 2015. De outro, os dados mais recentes apontam redução da inadimplência e do tempo de atraso das contas, além de uma leve queda na parcela de consumidores que se consideram muito endividados.

O resultado de julho evidencia, ainda, o peso das dívidas entre as famílias de menor renda. Nesse grupo, além de a proporção de endividados ser maior, também é mais elevado o percentual de consumidores com compromissos atrasados e de pessoas que afirmam não ter condições de quitar as contas.

Irmão de deputado do PT é indiciado pela PF por suspeita de envolvimento em fraudes de descontos do INSS

A Polícia Federal concluiu uma nova etapa da Operação Sem Desconto e indiciou Aristides Veras dos Santos, ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por suspeita de participação no esquema de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Aristides é irmão do deputado federal Carlos Veras (PT), atual presidente estadual do Partido dos Trabalhadores em Pernambuco. A relação familiar colocou o parlamentar no centro das repercussões políticas do caso, mas a investigação da PF não aponta Carlos Veras como investigado neste inquérito. Também não há acusação formal contra o deputado no âmbito das apurações conduzidas pela corporação.

O indiciamento de Aristides envolve, segundo a investigação, os crimes de organização criminosa e inserção de dados falsos em sistemas de informação. A PF aponta que a Contag teria utilizado informações consideradas falsas para viabilizar descontos associativos diretamente nos benefícios pagos pelo INSS.

A entidade está entre as principais organizações investigadas no esquema de cobranças realizadas sem autorização dos beneficiários. Segundo a PF, a Contag arrecadou cerca de R$ 3,4 bilhões em descontos realizados entre 2016 e 2025.

O caso envolve descontos mensais efetuados diretamente nos benefícios de aposentados e pensionistas em favor de associações e entidades representativas. As investigações apuram a possibilidade de que parte dessas cobranças tenha sido realizada sem o consentimento dos segurados.

O relatório da Polícia Federal será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde o caso é relatado pelo ministro André Mendonça. Depois, o material será analisado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), responsável por decidir se apresenta ou não denúncia à Justiça.

OUTROS CINCO INDICIADOS

Aristides Veras não foi o único alvo desta etapa da investigação. Outras cinco pessoas também foram indiciadas pela Polícia Federal, entre elas Alessandro Stefanutto, ex-presidente do INSS durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Também foram incluídos no relatório o ex-procurador-geral do INSS Virgílio Ribeiro,

DIVULGAÇÃO



o ex-diretor do órgão André Fidelis e duas ex-dirigentes da Contag: Thaisa Daiane, que ocupava o cargo de secretária-geral, e Edjane Rodrigues Silva, ex-secretária da entidade.

De acordo com a PF, os seis investigados respondem, nesta etapa da apuração, por suspeitas relacionadas aos crimes de organização criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informação.

Este é o segundo inquérito concluído pela Polícia Federal dentro da Operação Sem Desconto. No primeiro, Alessandro Stefanutto e outras 47 pessoas já haviam sido indiciados.

As investigações estimam que o esquema de descontos considerados irregulares possa ter provocado desvios de até R$ 6,3 bilhões. A apuração busca identificar como as cobranças foram autorizadas e operacionalizadas e quais entidades e pessoas teriam se beneficiado dos recursos.

CONTAG NO CENTRO DAS APURAÇÕES

A Contag ocupa posição relevante na investigação por causa do volume de recursos movimentados por meio dos descontos associados aos benefícios do INSS. A Polícia Federal afirma que a confederação foi uma das principais beneficiadas pelo mecanismo investigado.

A apuração também busca esclarecer a utilização de dados para a inclusão dos descontos nos benefícios. Segundo a PF, informações consideradas falsas teriam sido utilizadas para permitir a realização das cobranças.

O indiciamento, porém, ainda não representa uma condenação. A partir da conclusão do inquérito, caberá à Procuradoria-Geral da República avaliar as provas reunidas pela Polícia Federal e decidir se apresenta denúncia. Somente depois dessa etapa, caso a denúncia seja oferecida e recebida pela Justiça, os investigados poderão responder a uma ação penal.

DEFESA

A defesa de Aristides Veras negou qualquer irregularidade e informou que apresentará sua manifestação nos autos da investigação. O procedimento seguirá agora para as próximas etapas no Supremo Tribunal Federal e na Procuradoria-Geral da República.

O deputado Carlos Veras, embora seja irmão de Aristides, não é investigado neste inquérito e não foi formalmente acusado pela Polícia Federal no caso.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

CARLOS PENA FILHO E JORGE AMADO

Gostaria de agradecer ao honroso convide da Flipelô, que faz 10 anos, para participar da mesa Carlos Pena Filho, vida, verso e memória, com mediação de Paloma Amado e apresentação de Roberto Aguiar, tendo a presença do escritor, jornalista e acadêmico, Mário Hélio Gomes, que organizou uma edição luso brasileira do Livro Geral de Carlos Pena Filho. Carlos Pena Filho deixou marcas profundas na paisagem poética de Pernambuco, que não se apagam com o passar do tempo, que se alastraram pelo Brasil e além mares. Sua vida, intensa e breve, foi como um lampejo azul. Luz viva que iluminou recantos da alma de cada leitor que teve a sorte de conhecer sua poesia. Foi advogado, jornalista e, acima de tudo, poeta.

Como disse Arnaldo Saraiva, numa conversa no Porto, em 2022, precisamos restituir o espírito lusitano de Carlos Pena Filho. Que parte da sua infância morou e estudou em Portugal. Que era filho de pai português e mãe brasileira. As memórias que trouxe dos oito aos doze anos vividos nas terras de Camões juntaram-se à sua cosmovisão das paisagens e dos aromas do Recife. Desse mundo de contrastes construiu harmonias. Estudou Direito no Recife, na mesma Faculdade em que brilharam como poetas Castro Alves e Tobias Barreto. Foi jornalista. Viveu intensamente sua cidade, interessou-se por sua realidade e o seu destino. No ofício de jornalista e de poeta, deixou rastros de uma delicadeza e firmeza admiráveis.

Na sua poesia a qualidade suplanta em muito a quantidade. Nela há musicalidade, oralidade, cores, sobretudo o azul, o verde. E o mar, o céu, os gestos, a pele, a rua. Ele pinta com palavras como se pintasse telas; cores que não são ornamentos, mas pulsações de mundo. Há nos seus poemas uma imagem plástica forte, um azul que parece preencher tanto espaços externos quanto interiores.

Tudo expresso numa linguagem que se faz híbrida entre o sonho e o instante vivido, pensado ou imaginado. A cor torna-se símbolo, mas não símbolo distante; é matéria do poema, cerne do palpável. Quando lemos os seus sonetos de jovem de vinte anos, sentimos uma busca que é urgente: busca da palavra justa, da imagem que caiba no peito, do instante que suspende o tempo. Ele começa cedo a escrever, manifesta-se ainda jovem em suplementos literários; suas edições são poucas, suas tiragens pequenas, mas seus versos correm nas mãos que os querem guardar, recitar, lembrar. Foi em 1959 que saiu Livro Geral, reunindo sua obra já editada e poemas novos — obra de quem fez da poesia uma aposta de eternidade.

Mesmo tendo partido tão cedo, sua obra continua viva — e homenageada, estudada, evocada. Em 2019, por exemplo, para marcar os 90 anos do seu nascimento, os seus admiradores se reuniram no evento “Entrar no acaso e amar o transitório” — citação do conhecido verso do soneto “A solidão e sua porta”, dedicado a Francisco Brennand.

Ele está presente também no “Circuito da Poesia do Recife”. Por mais que enfatizemos as cores e as luzes na sua poesia, não devemos deixar de notar as sombras, a melancolia, a saudade, a consciência da transitoriedade, a morte.

O azul que ele tão bem expressou reflete essa dupla situação do humano. A poesia não nos oferece certezas, mas reflexões, perguntas. Sobretudo nos faz sentir. Cada um dos leitores que descobre a sua poesia passa, de imediato, a considerá-lo um poeta essencial. Sua presença em nós é viva, luminosa, permanente.

O texto magistral de Jorge Amado, Carlinhos, diz tudo o que gostaríamos de dizer sobre a poesia e a importância de Carlos Pena Filho.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para os debates.

Tive oportunidade de lançar sua obra, em Portugal e de deter o acervo e a marca do Bar Savoy, que imortalizou nos seguintes versos:

“CHOPP"

Na avenida Guararapes,
o Recife vai marchando.
O bairro de Santo Antonio,
tanto se foi transformando
que, agora às cinco da tarde,
mais se assemelha a um festim.
Nas mesas do Bar Savoy,
o refrão tem sido assim:
São trinta copos de chopp,
são trinta homens sentados,
trezentos desejos presos,
trinta mil sonhos frustrados.
Ah, mas se a gente pudesse
fazer o que tem vontade:
espiar o banho de uma,
a outra, amar pela metade
e daquela que é mais linda
quebrar a rija vaidade.
Mas como a gente não pode
fazer o que tem vontade,
o jeito é mudar a vida
num diabólico festim.
Por isso no Bar Savoy,
o refrão é sempre assim:
São trinta copos de chopp,
são trinta homens sentados,
trezentos desejos presos,
trinta mil sonhos frustrados.”, Carlos Pena Filho.

Fliporto e Porto Digital articulam parceria para integrar literatura, inovação e economia criativa no Recife

A edição 2026 da Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto) vai atuar em sintonia com o Porto Digital e o REC'n'Play, fortalecendo a conexão entre literatura, inovação, tecnologia, empreendedorismo e economia criativa. Embora sejam eventos independentes, eles compartilharão o mesmo período e a mesma área geográfica no Recife, ampliando as possibilidades de integração entre as iniciativas.

Nesta terça-feira (4), o curador da Fliporto, Antônio Campos, reuniu-se com o presidente do Porto Digital, Pierre Lucena, para alinhar ações institucionais voltadas à realização dos eventos. Durante o encontro, ficou definida a criação de uma iniciativa conjunta para conectar as programações da Fliporto e do REC'n'Play, proporcionando ao público uma experiência integrada.

Segundo Antônio Campos, a proposta é unir diferentes áreas do conhecimento e estimular o diálogo entre cultura e inovação.

"A Fliporto será um evento amigo do Porto Digital e do REC'n'Play. São iniciativas com identidades próprias, mas que compartilham o mesmo território e o mesmo momento, criando uma grande oportunidade de integração entre literatura, tecnologia, inovação, empreendedorismo e economia criativa. Queremos construir pontes e fortalecer esse ecossistema que faz do Recife uma referência nacional", afirmou.

A parceria institucional busca ampliar o alcance das programações e incentivar a circulação de público entre os eventos, consolidando o Recife como um polo de produção cultural, tecnológica e de inovação durante o período de realização das atividades.



A programação principal da Fliporto será mantida no Parque Dona Lindu, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife. No Espaço Janete Costa acontecerá a Fliporto Arte, enquanto a programação no Centro da cidade aproximará o festival do ambiente de inovação e economia criativa, promovendo debates sobre literatura, inteligência artificial e transformação digital. A 21ª edição da Fliporto homenageará a literatura latino-americana e caribenha e celebrará a obra do poeta pernambucano . Entre os destaques da programação estarão encontros com escritores, pesquisadores, artistas, desenvolvedores e especialistas para discutir os impactos das novas tecnologias na criação literária, na leitura, no mercado editorial e na difusão da cultura.